

# Estudo Técnico Preliminar

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 19615.720379/2022-91

## 2. Introdução

A Equipe de Planejamento da Contratação, em atenção ao disposto nos Documentos de Formalização de Demandas (DFDs), fls. 161/166 e fls. 397/399, bem como nos ETPs iniciais, fls. 167/182 e fls. 424/439, composta pelos membros descritos no Anexo Único da Portaria SRRF04 nº 275/2022, com fundamento no art. 3º, inc. IV, art. 6º, inc. I e art. 14, inc. I, todos do Decreto 10.024/2019, elabora os Estudos Técnicos Preliminares, sob a numeração de *e-processo* 19615.720379/2022-91, o qual é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, para fins de subsidiar a elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, Edital, Contrato e demais anexos, bem como quaisquer outros documentos pertinentes à modalidade licitatória adotada ou sua Dispensa/Inexigibilidade.

## 3. Do objeto pretendido

Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços continuados de vigilância orgânica armada com dedicação exclusiva de mão de obra de vigilância armada para a Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB) e para a prestação de serviços de vigilância armada para DRF Natal e ARF Mossoró.

## 4. Justificativa para Agrupamento dos itens

### Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):

Conforme DFD, item 2, serão 2 (dois) itens:

- 02 postos de 44 horas diurnas, de segunda a sexta feira, envolvendo 02 vigilantes no total (Código CATSERV 23507); e
- 01 posto de 12 x 36 horas noturnas, de segunda a domingo, envolvendo 02 vigilantes no total (Código CATSERV 23957).

E de acordo com o documento às fls. 167/182 do processo, item 22.1, opta-se pelo não parcelamento da solução com vistas à obtenção de ganho de escala e ampliação da competitividade. Além disso, outro fator que justifica o arranjo em único grupo é a maior eficiência à Administração quando da gestão do contrato, mormente em repactuações.

### DRF Natal e ARF Mossoró:

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “*Da justificativa para Agrupamento dos itens*”, a licitação deve ser feita por itens (Natal e Mossoró) em um grupo, de modo que haja um único vencedor para o grupo de modo a se obter economia processual na gestão e fiscalização do contrato (pois se terá apenas 01 contrato em vez de 02) gerando, consequentemente, ganho de comunicação, tratativas e soluções empregadas à execução do serviço. Quanto ao não parcelamento da contratação é preciso salientar que com a possibilidade de ganho de escala (em vista de o valor se tornar mais vultoso e mais atraente aos concorrentes), é provável que mesmo empresas que atuem apenas em um ou outro mercado tenham interesse em participar do certame, considerando que são cidades não muito distantes e pertencentes ao mesmo estado federativo.

Diante do exposto, o objeto desta licitação será formado por 2 (dois) Grupos, conforme Planilha de Itens (Anexo I).

## 5. Regime de Execução

### **Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):**

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 3, tratando-se de um serviço em que é possível mensurar claramente as suas quantidades e qualidade, com definição de preço certo e total, torna-se possível e adequada a contratação por **empreitada por preço global**, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, alínea “a” da lei nº 8.666/93, devendo o certame ser julgado com base no menor preço, constituída por um posto de vigilância ostensiva 12 x 36 horas diurnas e dois postos de 44 horas diurnas.

### **DRF Natal e ARF Mossoró:**

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “Regime de Execução”, o regime de execução será **empreitada por preço global**.

## 6. Da Classificação do objeto

### **Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):**

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 4, trata-se de serviço comum, conforme artigo 1º da Lei 10520 /2002, com dedicação exclusiva de mão de obra de vigilância e segurança patrimonial armada.

### **DRF Natal e ARF Mossoró:**

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “Da Classificação do objeto”:

Serviço comum;

Dedicação exclusiva de mão de obra: sim.

Diante do exposto, trata-se de serviço comum, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

## 7. Do Critério de Julgamento

### **Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):**

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 5, o critério de julgamento adotado será o menor preço do grupo.

### **DRF Natal e ARF Mossoró:**

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “Do Critério de Julgamento”, menor Preço.

Diante do exposto, o critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL por grupo, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

## 8. Da Adoção do SRP

O Sistema de Registro de Preços – SRP será adotado tendo em vista que a contratação em tela atenderá a mais de um órgão (DRJ/JPA e DRF/NAT), enquadrando-se como hipótese prevista no Art. 3º, inciso III, do Decreto nº 7.8792, de 23/01/2013:

*“Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:*

*(...)*

*III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;*

*(...)”*

## 9. Critérios de Sustentabilidade

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 27, bem como de acordo com o documento às fls. 424/439 do processo, item “Possíveis impactos ambientais”:

- a) É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;
- b) É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- c) A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- d) Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental;
- e) A contratada deverá observar a Resolução Conama nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- f) A contratada deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;
- g) A contratada deverá utilizar planilhas eletrônicas para registro de entrada e saída de pessoas e materiais no ambiente de prestação de serviços para controlar acessos e realizar análises gerenciais, evitando o uso de papel;
- h) A contratada deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade;
- i) É obrigação da contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

## 10. Modelo de Execução do Objeto

### Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 6:

1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

1.1. A solução escolhida foi a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, que é aquela atividade exercida dentro dos limites dos estabelecimentos urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio local ou nos eventos sociais.

1.2. A referida instrução apresenta que a unidade de medida a ser adotada consiste:

- 01 (um) posto de segunda-feira a domingo, envolvendo 2(dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas noturnas, por posto de serviço;
- 02 (dois) postos de 44 horas diurnas, de segunda a sexta feira, envolvendo 02 vigilantes no total.

1.3. A prestação dos serviços de vigilância envolve a alocação, pela contratada, de mão de obra capacitada para:

1.3.1. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

1.3.2. Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros e outros de interesse para o melhor desempenho das atividades;

1.3.3. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida pela Administração, bem como as que entenderem oportunas;

1.3.4. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

1.3.5. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;

1.3.6. Repassar para o vigilante que está assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;

1.3.7. Comunicar ao Contratante todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco ao patrimônio da Administração;

1.3.8. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

1.3.9. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e fins de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;

1.3.10. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados nas instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração;

1.3.11. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao responsável, no caso de desobediência;

1.3.12. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;

1.3.13. Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros.

1.3.14. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários ao perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

- 1.3.15. Ser pontual e cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída, apresentando-se sempre devidamente uniformizado, limpos e com aparência pessoal adequada;
- 1.3.16. Manter-se no posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- 1.3.17. Registrar e controlar, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto onde estiver prestando seus serviços;
- 1.3.18. A programação dos serviços será feita periodicamente pela Administração e deverá ser cumprida pela Contratada com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;
- 1.3.19. Manter-se sempre atento, observando o fluxo de pessoas e materiais que passam pelo posto;
- 1.3.20. Deixar o posto somente após passar o serviço ao seu substituto ou quando autorizado pela Administração;
- 1.3.21. Somente permitir a passagem de carrinhos e/ou materiais pelos locais indicados;
- 1.3.22. Cadastrar os visitantes quando necessário;
- 1.3.23. Direcionar os visitantes aos setores competentes quando necessário;
- 1.3.24. Preencher os formulários de controle a serem fornecidos pelo Contratante;
- 1.3.25. Solicitar auxílio quando identificar objetos estranhos e/ou encontrar resistência por parte do visitante em se identificar;
- 1.3.26. Controlar a entrada e saída de materiais e equipamentos, observando que os bens patrimoniais de propriedade da ARF/Cabedelo, só serão liberados mediante apresentação do Formulário de Controle de Entrada e Saída de Bens ou Autorização de Saída de Bens, devidamente assinados pelo Setor ou designados para aquele fim, após ser vistoriado, sendo imprescindível a sua descrição e número do tombamento patrimonial;
- 1.3.27. Os servidores, prestadores de serviço e visitantes, quando deixarem a edificação no horário de expediente, principalmente após o seu encerramento nos finais de semana e feriados, portando pacotes, materiais, bens ou coisas do gênero, estarão sujeitos a apresentação do seu conteúdo, quando possível, bem como a apresentar documento que comprove ser o mesmo de sua propriedade;
- 1.3.28. Fiscalizar e não autorizar a entrada ou saída de servidores e prestadores de serviços após o horário normal de expediente sem o devido registro no livro de controle;
- 1.3.29. Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída;
- 1.3.30. Receber os visitantes de forma individualizada e com cortesia;
- 1.3.31. Acompanhar e averiguar o conteúdo do lixo, quando de sua retirada da edificação;
- 1.3.34. Quando necessário e a pedido do Contratante, auxiliar nas atividades de caráter excepcional;
- 1.3.35. Não fumar no interior dos edifícios;
- 1.3.36. Proceder, ao final do expediente de trabalho na Unidade, a vistoria das instalações, procedendo ao desligamento de luzes, verificação de portas e janelas e outras providências recomendadas pela Administração;
- 1.3.37. Nas Unidades que não tiverem vigilância orgânica noturna, efetuar a abertura e o fechamento do imóvel nos dias de expediente, bem como o desligamento e ligamento do sistema de alarme se disponível, levando consigo as chaves do imóvel ao final de seu turno;
- 1.3.38. Consultar os responsáveis pela Administração do edifício ou a fiscalização do contrato sempre que qualquer assunto escape à rotina diária.
2. A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias, a partir da emissão da Ordem de Serviço (indicar a data ou evento para o início dos serviços), na forma que segue:

2.1. O serviço de vigilância armada será executado ininterruptamente, de modo ostensivo e preventivo; para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis; de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos e materiais na ARF/Cabedelo, localizada na Rua Presidente João Pessoa, 655, Centro, Cabedelo/PB.

#### **DRF Natal e ARF Mossoró:**

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “*Modelo de Execução do Objeto*”:

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

1. Prestação de serviços continuados de vigilância e segurança orgânica, com dedicação exclusiva de mão de obra, mediante o fornecimento dos seguintes postos de vigilância:

a) vigilante armado, com uma escala de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, incluindo feriados, das 07h00 às 19h00, empregando-se 2 (dois) vigilantes por posto;

b) vigilante armado, com uma escala de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, incluindo feriados, das 19h00 às 07h00, empregando-se 2 (dois) vigilantes por posto; e

c) vigilante armado, com uma escala de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira, em horário administrado pela unidade, excluído o horário noturno, empregando-se 1 (um) vigilante por posto.

2. Os serviços de vigilância deverão ser prestados nas dependências das instalações da Administração, nos endereços indicados no termo de referência. A atividade de vigilância patrimonial somente poderá ser exercida dentro dos limites dos imóveis vigiados (vide Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF).

2.1. Havendo mudança no endereço da Unidade, a contratada obriga-se a executar os serviços no novo endereço.

3. Além do previsto na IN SEGES/MP nº 5/2017 e alterações, a execução dos serviços obedecerá ao descrito a seguir:

- A jornada de trabalho dos vigilantes obedecerá à escala de:

a) 12 (doze) horas consecutivas de serviço por 36 (trinta e seis) horas de descanso, empregando-se 2 (dois) vigilantes por posto; e

b) 44 (quarenta e quatro) horas semanais, empregando-se 1 (um) vigilante por posto.

- Caberá à Contratada oferecer a seus empregados DESCANSO INTRAJORNADA MÍNIMO DE 60 MINUTOS, OU INDENIZÁ-LOS (assegurado o tempo de alimentação), além dos benefícios mínimos assegurados em Convenção Coletiva de Trabalho.

- Incumbirá aos vigilantes executar os serviços em conformidade com as normas de regência de sua atividade e, em especial:

I. Apresentar-se a seu posto pontualmente, devidamente uniformizado e com higiene corporal perfeita, portando arma e colete (postos armados);

II. Controlar o acesso do público aos setores de recepção e de atendimento;

III. Não permitir o ingresso de qualquer pessoa nos edifícios fora dos dias e horários de trabalho definidos pela Administração, salvo se previamente autorizadas;

IV. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

V. Manter afixado no posto, em local visível, os números de telefone para contato da Delegacia de Polícia, Corpo de Bombeiros, Atendimento médico de urgências (SAMU), empresas prestadoras de serviço de manutenção dos imóveis e instalações, dos servidores responsáveis pela Administração da Unidade e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;

VI. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações dos Postos, adotando as medidas de segurança conforme orientações recebidas da Administração, bem como as que entenderem oportunas;

- VII. Controlar e fiscalizar o ingresso de veículos nas instalações, identificando o condutor e exigindo a apresentação da devida autorização para uso dos estacionamentos;
- VIII. Repassar para o vigilante que estiver assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventuais anomalias observadas;
- IX. Registrar em livro próprio e comunicar à Administração toda e qualquer ocorrência tida como irregular e que possa vir a representar risco para a segurança de pessoas ou do patrimônio público;
- X. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- XI. Impedir o ingresso de vendedores, ambulantes, pedintes e assemelhados às instalações, sem que estejam devidamente autorizados pela Administração;
- XII. Impedir aglomerações de pessoas junto aos postos, comunicando o fato aos responsáveis pela instalação e à Administração, no caso de resistência;
- XIII. Impedir qualquer tipo de atividade comercial junto aos postos e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços ou instalações;
- XIV. Não permitir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, prestadores de serviço ou de terceiros;
- XV. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme orientações da Administração, verificando as dependências da Unidade, adotando os cuidados e providências necessárias ao perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- XVI. Manter-se em seu posto, atento às ocorrências ao redor, não se afastando de seus afazeres a não ser nos intervalos regulamentares;
- XVII. Abster-se de atender chamados ou cumprir tarefas não autorizadas pela Administração ou em proveito de terceiros;
- XVIII. Restringir suas ações aos limites das instalações da Contratante e agir exclusivamente dentro dos limites de atuação estabelecidos;
- XIX. Manter sigilo sobre todas as informações de que, no exercício de suas funções, vier a tomar conhecimento, sujeitando-se no descumprimento às sanções nas esferas civil e penal;
- XX. Hastear a Bandeira Nacional, a Estadual e a da RFB, se disponíveis, às 8:00h, e arriá-las às 17:00h, nos dias de expediente e nos feriados cívicos nacionais, nas Unidades onde houver mastros externos;
- XXI. Respeitar as normas de segurança e de prevenção de incêndios emanadas da Administração;
- XXII. Empregar a arma somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, e apenas após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;
- XXIII. Não fumar no interior dos edifícios;
- XXIV. Proceder, ao final do expediente de trabalho na Unidade, a vistoria das instalações, procedendo ao desligamento de luzes, verificação de portas e janelas e outras providências recomendadas pela Administração;
- XXV. Nas Unidades que não tiverem vigilância orgânica noturna, efetuar a abertura e o fechamento do imóvel nos dias de expediente, bem como o desligamento e ligamento do sistema de alarme se disponível, levando consigo as chaves do imóvel ao final de seu turno;
- XXVI. Comportar-se com respeito e urbanidade no tratamento com os funcionários, prestadores de serviço e com toda e qualquer pessoa com que tenha contato no exercício de suas funções;
- XXVII. Observar as normas internas da repartição e do Serviço Público Federal;
- XXVIII. Na ocorrência de eventos de natureza criminosa, comparecer à Delegacia de Polícia para esclarecimentos e lavra de Boletim de Ocorrência; e



XXIX. Consultar os responsáveis pela Administração do edifício ou a fiscalização do contrato sempre que qualquer assunto escape à rotina diária.

4. A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, na forma que segue:

• Alocação da mão de obra com a seguinte distribuição:

a) 03 (três) Postos de Vigilante armado, com escala de trabalho de 12 x 36 horas diurnas, de segunda-feira a domingo, incluindo feriados, das 07h00 às 19h00, empregando-se 02 (dois) vigilantes por posto, perfazendo um total de 6 (seis) vigilantes, sendo 01 (um) posto em cada um dos seguintes endereços:

I – DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL – DRF/NAT (Edifício Sede): Esplanada Silva Jardim, nº 83, Ribeira 59012-090 Natal-RN;

II – DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL – DRF/NAT (Estacionamento): Esplanada Silva Jardim, nº 83, Ribeira 59012-090 Natal-RN;

III – DEPÓSITO DE MERCADORIAS APREENDIDAS – DMA: Rua Felinto Elizio, S/N, Ribeira 59012-090, Natal-RN;

b) 02 (dois) Postos de Vigilante armado, com escala de trabalho de 12 x 36 horas noturnas, de segunda-feira a domingo, incluindo feriados, das 19h00 às 07h00, empregando-se 02 (dois) vigilantes por posto, perfazendo um total de 4 (quatro) vigilantes, sendo 01 (um) posto em cada um dos seguintes endereços:

I – DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL – DRF/NAT (Estacionamento): Esplanada Silva Jardim, nº 83, Ribeira 59012-090 Natal-RN;

II – DEPÓSITO DE MERCADORIAS APREENDIDAS – DMA: Rua Felinto Elizio, S/N, Ribeira 59012-090 Natal-RN;

c) 01 (um) Posto de Vigilante armado, com uma escala de trabalho de 44 horas de segunda-feira a sexta-feira (em horário administrado pela unidade, excluído o horário noturno), empregando-se 01 (um) vigilante para o posto, no seguinte endereço:

I – CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE EM NATAL – CAC/NAT: Avenida Duque de Caxias, nº 30, Ribeira 59012-200 Natal-RN;

d) 01 (um) Posto de Vigilante armado, com escala de trabalho de 12 x 36 horas diurnas de segunda-feira a domingo, incluindo feriados, das 07h00 às 19h00 e 01 (um) Posto de Vigilante armado, com escala de trabalho de 12 x 36 horas noturnas, de segunda-feira a domingo, incluindo feriados, das 19h00 às 07h00, empregando-se 02 (dois) vigilantes por posto, perfazendo um total de 4 (quatro) vigilantes, no seguinte endereço:

I – AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ – ARF/MOS (Edifício Sede): Rua Alberto Maranhão, nº 1720, Centro 59.600-185 Mossoró-RN.

5. Disponibilização dos uniformes em conformidade com o termo de referência.

## 11. Materiais a serem disponibilizados

### Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 7:

1. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

1.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:



<i>Item</i>	<i>Descrição</i>	<i>Quantidade / por posto/ por 12 meses</i>	<i>Quantidade de vigilantes</i>	<i>Quantidade total por 12 meses</i>
1	Calça Social	04	4	16
2	Camisa Social	04	4	16
3	Cintos	04	4	16
4	Sapato/Coturnos em couro	02	4	08
5	Pares de meias	04	4	16
6	Quepes boné com emblema	02	4	08
7	Capas de chuva	01	4	04
8	Crachás de identificação	01	4	04

2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

2.1. Calças em tecido de algodão, tipo gabardine;

2.2. Camisas sociais, manga curta, em tecido com pelo menos 30% em algodão;

2.3. Cinto modelo militar em nylon 600, duas travas, 0,35 x 1,20 m;

2.4. Crachá em PVC 0,5 mm;

2.5. Meias cano médio, com 70% da composição em algodão;

2.6. Coturno em couro alto-brilho, cano de lona acolchoada, extra leve, impermeável;

2.7. Quepe ou boné com logomarca da empresa, tecido Oxford, 100% poliéster, regulador traseiro de plástico, bordado de identificação da empresa na frente.

2.8. Capa para chuva em PVC, mangas longas, fechamento em botões, com capuz;

3. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

3.1. Dois conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 horas, após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

3.2. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

4. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

Item	Descrição	Quantidade / por posto/ por 12 meses	Quantidade de vigilantes	Quantidade total por 12 meses
1	Revólver calibre 38 com carga completa	01	04	04
2	Munições sobressalentes para revólver calibre 38 (pac. com 12 unid.)	01	04	04
3	Cinto com coldre e baleiro	01	04	04
4	Livro de Ocorrência	01	04	04
5	Porta Cassetete nylon 40 - 90 cm com cassetete de borracha, 90 cm resistência 180 KGF	01	04	04
6	Lanterna com pilhas recarregáveis (com pilhas reservas)	01	04	04
7	Colete balístico com proteção para perfuração de projeteis de armas de fogo nível III A	01	04	04

#### **DRF Natal e ARF Mossoró:**

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “Materiais a serem disponibilizados”:

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Os equipamentos deverão ser fornecidos no momento da implantação dos postos.

A Contratada não poderá repassar os custos de qualquer um dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços para os empregados.

Relação de materiais:

Descrição	Qtde de equipamentos por local de prestação – fornecimento no início do contrato							Duração dos itens (vida útil) – meses
	DRF/NAT – Sede	DRF/NAT – Estacionamento	CAC/NAT	DMA	ARF/MOS	NATAL (total)	MOSSORÓ (total)	
Livro de ocorrências	2	2	2	2	2	8	2	6,00
Tonfa	1	1	1	1	1	4	1	30,00
Porta tonfa	2	4	2	4	4	12	4	30,00
Lanterna recarregável	1	1	1	1	1	4	1	30,00
Rádio intercomunicador tipo HT	1	1	1	1	0	4	0	36,00
Revólver calibre 38	1	1	1	1	1	4	1	120,00
Cinto com coldre e baleiro	2	4	2	4	4	12	4	30,00
Munição calibre 38 (pac com 12 unid)	1	1	1	1	1	4	1	12,00
Colete balístico nível II	1	1	1	1	1	4	1	60,00
Capa de colete	2	4	2	4	4	12	4	12,00
Cofre para guarda de armamento	1	0	1	0	0	2	0	60,00

## **12. Requisitos de Capacidade Técnica**

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

1. Comprovação que já executou contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação.

1.1. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 1 (um) ano, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de o 1 (um) ano ser ininterrupto.

1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

2. Prova de atendimento aos seguintes requisitos:

2.1. Autorização para funcionamento como empresa especializada na prestação de vigilância e segurança, e sua respectiva revisão, se for o caso, concedidas pelo Departamento Polícia Federal, com base na Lei nº 7.102 de 20/06/1983, e alterações, no Decreto nº 89.056, de 24/11/1983, e alterações, e na Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012;

2.2. Certidão ou Certificado ou Declaração de Regularidade, em plena validade, em nome da Licitante, que faça prova da comunicação prévia do funcionamento à Secretaria da Segurança e da Defesa Social da Paraíba e/ou à Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte, conforme o caso, em plena validade, conforme artigo 14, inciso II, da lei 7102/83 e artigo 38 do Decreto nº 89.056, de 24/11/1983;

3. Declaração de que seus diretores e os empregados a serem alocados na prestação de serviços não possuem antecedentes criminais registrados, conforme determinações da Lei nº 7.102/83.

4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável;

4.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

### 13. Requisitos de Qualificação Econômica

1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

5. As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

5.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

5.2. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

5.3. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante em Anexo do Edital, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma disciplinada no Edital;

5.3.1. a declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social;

5.3.2. quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

## 14. Da vistoria para a Licitação

### Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 8:

1. Dias previstos: De Segunda a Sexta- Feira
2. Horário Previsto: 09:00 às 11:00h e das 14:00 às 16:00h
3. Servidor designado para acompanhamento: Jailson Nunes de Lima.
4. Contato para agendamento: (83) 3271-1224 ou (83) 3271-3315.

### DRF Natal e ARF Mossoró:

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “Da vistoria para a Licitação”, não há vistoria.

## 15. Da Subcontratação do objeto

### Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 9, não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### DRF Natal e ARF Mossoró:

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “Da Subcontratação do objeto”, não será permitida subcontratação.

Diante do exposto, não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 16. Do Cronograma de Execução

### Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 10:

O disposto neste documento refere-se apenas a uma previsão, a assinatura do Contrato está condicionada à existência de créditos orçamentários autorizado no momento do pedido.

ITEM	UNIDADE	CRONOGRAMA DE CONTRATAÇÃO	QTDE TOTAL	LOCAL DE ENTREGA
1	Posto (12 x 36)	01/11/2022	1	IRF/CAB
2	Posto (44 horas)	01/11/2022	2	IRF/CAB

### DRF Natal e ARF Mossoró:

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “Do Cronograma de Execução”, trata-se de execução continuada.

## 17. Da Vigência da Contratação

### Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 11, o prazo inicial de vigência do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado, por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666/1993.

### DRF Natal e ARF Mossoró:

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “Da Vigência da Contratação”, o contrato terá vigência pelo prazo de 12 meses, prorrogável nos termos da legislação em vigor.

Diante do exposto, o prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

## 18. Descrição da necessidade

### Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 12:

1. Considerando o disposto no Documento de Formalização de Demanda da SAPOL/DRF/JPA (fls. 02-05), no qual a autoridade solicita a contratação de serviços de segurança e vigilância armada para a unidade Receita Federal do Brasil em Cabedelo, explanamos abaixo a necessidade da contratação:

1.1. A contratação dos serviços para a realização de vigilância armada se justifica em função da necessidade de garantir a segurança do patrimônio público (instalações, equipamentos, acervo documental) não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que resultem em dano ao patrimônio e, em especial, garantir a integridade física de seus servidores, colaboradores e visitantes.

1.2. Os serviços de vigilância atualmente prestados à ARF/Cabedelo são oriundos do Contrato ARF/CGD nº 05/2017, com vencimento em 30/10/2022, porém não é mais passível de prorrogação.

1.3. Em relação ao quantitativo, o estabelecimento de postos decorreu da avaliação da estrutura da edificação, da função da divisão e unidade, da localização das vias de acesso à unidade (para o público interno e externo). O total de postos estabelecidos encontra-se em conformidade ao Padrão Nacional de Despesas.

1.4. A Administração Pública Federal vem pautando a aplicação de seus recursos na busca de obter o melhor resultado com o menor dispêndio. Nessa esteira, a edição do Decreto nº 9.507/2018 possibilitou às unidades administrativas a contratação de forma indireta de diversas atividades, dentre as quais situa-se a que é objeto deste Estudo Preliminar.

1.5. Cumpre destacar que, para a execução dos serviços em comento, inexistem quadros funcionais típicos na SRRF04. Assim, a terceirização pretendida encontra-se albergada nas normas acima descritas, revestindo-se, portanto, de legalidade.

1.6. Ademais, não haverá, durante a execução contratual, empregados da Contratada em situação de subordinação em relação à Administração, em razão de que todas as atividades estarão expressa e claramente descritas no Termo de Referência e no Edital, além da atuação inerente do preposto da Contratada; e não haverá exigência de pessoalidade em relação à Administração, ou seja, a Contratada tanto terá ampla liberdade de indicar os seus empregados que atuarão na prestação dos serviços, como poderá substituir os empregados conforme sua conveniência.

1.7. Por fim, concluímos que a contratação é necessária, uma vez que é indispensável para a execução das atividades da SRRF04, e encontra albergue no princípio da legalidade, da economicidade, da eficiência e atende ao fim último da racionalização.

### DRF Natal e ARF Mossoró:

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “*Descrição da Necessidade*”:

Os serviços de vigilância e segurança armada a serem contratados, são essenciais para resguardar a segurança dos prédios, instalações e demais bens móveis e imóveis, bem como toda a documentação que tramita ou nela se encontra arquivada, cuja guarda está a cargo da DRF Natal e unidades jurisdicionadas.

Cumpre destacar que a necessidade da contratação para a execução indireta dos serviços surge da inexistência de mão de obra para realização dos serviços nos quadros funcionais da Receita Federal do Brasil. Além disso, existe disposição legal autorizando a contratação dos serviços pretendidos no art. 1º, do Decreto nº 9.507, de 2018 e art. 7º da IN Seges/MPDG nº 5/2017.

## 19. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

Seção de Programação e Logística – SAPOL/DRF/JPA  
Seção de Programação e Logística – SAPOL/DRF/NAT

Eduardo Gadelha Ramos  
Antônio Sobrinho de Souza Júnior

## 20. Descrição dos Requisitos da Contratação

### **Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):**

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 14:

1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

1.1. serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

1.2. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

1.2.1. O serviço de vigilância consiste em serviço de vigilância armada, cuja unidade de medida utilizada é posto de trabalho com escala de trabalho específica.

1.2.1.1. Enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da seguinte Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): 5173-30 – Vigilante.

1.2.2. As empresas especializadas em serviços de vigilância deverão ter Autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 da Lei nº 7.102/83;

1.2.3. Os diretores e demais empregados das empresas especializadas não poderão ter antecedentes criminais registrados, conforme art. 12 da Lei nº 7.102/83;

1.2.4. Para o exercício da profissão, o vigilante deverá preencher os seguintes requisitos, nos termos do art. 15 da Lei nº 7.102/83:

I - ser brasileiro;

II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III - ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;

IV - ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 7.102/83;

V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

VI - não ter antecedentes criminais registrados; e

VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

1.2.5. Deverá ser assegurado ao vigilante, conforme art. 19 da Lei nº 7.102/83:

I - uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;

II - porte de arma, quando em serviço;

III - seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.

1.2.6. Os serviços de vigilância deverão ser prestados nas dependências das instalações da Administração, nos endereços abaixo. A atividade de vigilância patrimonial somente poderá ser exercida dentro dos limites dos imóveis vigiados (vide Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF):

- AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CABEDELLO – ARF/CAB- na Rua Presidente João Pessoa, 655, Centro, Cabedelo/PB.

1.2.6.1. Havendo mudança no endereço da Unidade, a contratada obriga-se a executar os serviços no novo endereço.

1.3. Duração inicial do contrato: 12 (doze) meses.



1.4. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico desta contratação, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo.

2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

#### **DRF Natal e ARF Mossoró:**

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “*Descrição dos Requisitos da Contratação*”:

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte: serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

- Os serviços de vigilância consistem em serviços de vigilância armada, cuja unidade de medida utilizada é posto de trabalho com escalas de trabalho específicas.
- Enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da seguinte Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): 5173-30 – Vigilante.
- As empresas especializadas em serviços de vigilância deverão ter Autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 da Lei nº 7.102/83;
- Os diretores e demais empregados das empresas especializadas não poderão ter antecedentes criminais registrados, conforme art. 12 da Lei nº 7.102/83;
- Para o exercício da profissão, o vigilante deverá preencher os seguintes requisitos, nos termos do art. 15 da Lei nº 7.102/83:

I – ser brasileiro;

II – ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III – ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;

IV – ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 7.102/83;

V – ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

VI – não ter antecedentes criminais registrados; e

VII – estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

- Deverá ser assegurado ao vigilante, conforme art. 19 da Lei nº 7.102/83:

I – uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;

II – porte de arma, quando em serviço;

III – seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora;

IV – intervalo para refeição (**INTRAJORNADA**) de 60 minutos ou indenização equivalente em caso de não concessão do tempo de descanso, garantido tempo mínimo de refeição.

- Os serviços de vigilância deverão ser prestados nas dependências das instalações da Administração, nos endereços informados no termo de referência. A atividade de vigilância patrimonial somente poderá ser exercida dentro dos limites dos imóveis vigiados (vide Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF).
- Havendo mudança no endereço da Unidade, a contratada obriga-se a executar os serviços no novo endereço.

- Duração inicial do contrato: 12 (doze) meses.
- Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico desta contratação, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo.
- Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## 21. Da Necessidade de avaliação de amostras

### Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 15, não será necessária avaliação de amostras.

### DRE Natal e ARF Mossoró:

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “*Da Necessidade de avaliação de amostras*”, não será necessária avaliação de amostras.

Diante do exposto, não será necessária avaliação de amostras nesta licitação.

## 22. Levantamento de Mercado

### Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 16:

1. Inicialmente, cabe registrar que, no caso dos serviços em tela, não se vislumbram outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos para a execução desses serviços, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração. Além disso, existe disposição legal autorizando a contratação dos serviços pretendidos no art. 1º, do Decreto nº 9.507, de 2018 e art. 7º da IN Seges/MPDG nº 5/2017.

2. Da análise de licitações similares de órgãos e entidades promotoras em várias partes do país, no período de 2021 a 2022, podemos observar que as soluções que vêm sendo adotadas no mercado local são compatíveis com a que ora se pretende adotar, tendo em vista que se tratam das formas usuais de contratação de serviços de vigilância orgânica.

3. O mercado de potenciais prestadores para os serviços de vigilância orgânica é bastante vasto, conforme amostra de consulta parametrizada de fornecedores para a linha de fornecimento relativa ao objeto deste processo, constantes no documento às fls. 183/184 do processo.

4. Por serem serviços considerados comuns, não foram identificadas novas metodologias, tecnologias ou inovações para realização dos mesmos.

5. Na contratação em análise, não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

### 6. DA PESQUISA DE MERCADO E DE PREÇOS

6.1 Conforme Relatório de Pesquisa de Preços, às fls. 391/394 do processo.

**DRF Natal e ARF Mossoró:**

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “*Levantamento de mercado*”:

Inicialmente, cabe registrar que, no caso dos serviços em tela, não se vislumbram outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos para a execução desses serviços, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração. Além disso, existe disposição legal autorizando a contratação dos serviços pretendidos no art. 1º, do Decreto nº 9.507, de 2018 e art. 7º da IN Seges/MPDG nº 5/2017.

Em verificação no portal de compras do governo federal (fls.: 420 a 421) observou-se que as soluções que vêm sendo adotadas no mercado local são compatíveis com a que ora se pretende adotar, tendo em vista que se tratam das formas usuais de contratação de serviços de vigilância orgânica.

O mercado de potenciais prestadores para os serviços de vigilância orgânica é bastante vasto, conforme amostra de consulta parametrizada de fornecedores para a linha de fornecimento relativa ao objeto deste processo (fls.: 422 e 423).

Por serem serviços considerados comuns, não foram identificadas novas metodologias, tecnologias ou inovações para realização dos mesmos.

## **23. Descrição da solução como um todo**

**Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):**

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 18:

1. A contratação vai prever a prestação dos serviços de segurança e vigilância armada para ARF/Cabedelo.
2. Os serviços a serem prestados no prédio da ARF/Cabedelo serão contratados por postos de vigilância 44 horas diurno e 12 x 36 horas noturno, em consonância com o art. 6º caput e art. 7º da Portaria COPOL nº 24896/2020 (fls. 23-25).
3. A contratação dos serviços tem como objetivo garantir a segurança do patrimônio público (instalações, equipamentos, acervo documental) não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que resultem em dano ao patrimônio e, em especial, garantir a integridade física de seus servidores, colaboradores e visitantes.
4. É válido ressaltar que, diante da “Necessidade da Contratação”, o objeto deste estudo consiste na atividade de vigilância patrimonial que, é aquela atividade exercida dentro dos limites dos estabelecimentos urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio local ou nos eventos sociais.
5. A prestação dos serviços de vigilância envolve a alocação, pela contratada, de mão de obra capacitada para as atividades descritas no item “*MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO*” desse Estudo Preliminar.
6. Os serviços especificados neste item não excluem outros, de natureza similar, que porventura se façam necessários para a boa execução das atividades desempenhadas pela Agência da Receita Federal em Cabedelo, obrigando-se a CONTRATADA a executá-los prontamente em decorrência das obrigações assumidas.
7. São obrigações mínimas da contratada:
  - 7.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
  - 7.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
  - 7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando

a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

7.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIIIB da IN SEGES/MP n. 5/2017;

7.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

7.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

7.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

7.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

7.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

7.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

7.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

7.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

7.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

7.23. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

7.24. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

7.25. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

7.26. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.27. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

7.28. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.29. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

7.30. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

7.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

7.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

7.33. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

7.33.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

7.33.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

7.33.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

7.34. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

7.35. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

7.35.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

#### **DRF Natal e ARF Mossoró:**

Conforme itens “Modelo de Execução do Objeto” e “Levantamento de Mercado” deste ETP.

## **24. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

#### **Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):**

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 19, a definição das quantidades a serem contratadas foi obtida por meio da metodologia estabelecida na IN SEGES/MPDG nº 05/2017 e na Portaria COPOL nº 24.896/2020 e suas alterações (fls. 23-25):

Especificação	CBO	Unidade Administrativa	Total de Postos
		IRF/CAB	
Posto de 12 x 36 horas noturno, de segunda-feira a domingo (02 vigilantes).	517330	01	01
Posto de 44 horas diurnas, de segunda a sexta feira (01 vigilante).	517330	02	02
<b>TOTAL</b>		<b>03</b>	<b>03</b>

#### **DRF Natal e ARF Mossoró:**

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “*Estimativas das quantidades a serem contratadas*”:

#### ***DRF NATAL:***

03 postos 12x36 diurno – Locais: DMA, Recepção da DRF, guarita da DRF;

02 postos 12x36 noturno – Locais: DMA e guarita da DRF;

01 posto 44h semanais – Local: CAC da DRF Natal.

#### ***ARF MOSSORÓ:***

01 posto 12x36 diurno – Local: ARF Mossoró;

01 posto 12x36 noturno – Local: ARF Mossoró.

- Quantidade estimada de equipamentos por local de prestação:

Descrição	Qtde de equipamentos por local de prestação – fornecimento no início do contrato							Duração dos itens (vida útil) – meses
	DRF/NAT – Sede	DRF/NAT – Estacionamento	CAC/NAT	DMA	ARF/MOS	NATAL (total)	MOSSORÓ (total)	
Livro de ocorrências	2	2	2	2	2	8	2	6,00
Tonfa	1	1	1	1	1	4	1	30,00
Porta tonfa	2	4	2	4	4	12	4	30,00
Lanterna recarregável	1	1	1	1	1	4	1	30,00
Rádio intercomunicador tipo HT	1	1	1	1	0	4	0	36,00
Revólver calibre 38	1	1	1	1	1	4	1	120,00
Cinto com coldre e baleiro	2	4	2	4	4	12	4	30,00
Munição calibre 38 (pac com 12 unid)	1	1	1	1	1	4	1	12,00
Colete balístico nível II	1	1	1	1	1	4	1	60,00
Capa de colete	2	4	2	4	4	12	4	12,00
Cofre para guarda de armamento	1	0	1	0	0	2	0	60,00

- Quantidade estimada de uniformes por vigilante:

Descrição	Qtde por vigilante – primeiros 12 meses
Calça Social	3
Camisa manga curta	3
Cinto	3
Meias (par)	3
Quepe/boné	3
Sapato social/coturno (par)	1
Capa de chuva	1
Crachá com foto e cordão	1
Distintivo tipo broche	1
Apito com cordão	1

## 25. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.371.214,80

**Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):**

Conforme Planilha de Custos e Formação de Preços à fl. 461 do processo: R\$ 221.372,88.

**DRF Natal e ARF Mossoró:**

Conforme Planilha de Custos e Formação de Preços à fl. 469 do processo: R\$ 1.149.841,92.

Diante do exposto, o custo estimado da contratação é de **R\$ 1.371.214,80** (um milhão, trezentos e setenta e um mil, duzentos e quatorze reais e oitenta centavos).

## 26. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

**Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):**

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 22, opta-se pelo não parcelamento da solução com vistas à obtenção de ganho de escala e ampliação da competitividade. Além disso, outro fator que justifica o arranjo em único grupo é a maior eficiência à Administração quando da gestão do contrato, mormente em repactuações.

**DRF Natal e ARF Mossoró:**



Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “*Justificativa para o parcelamento ou não da contratação*”, a licitação deve ser feita por itens (Natal e Mossoró) em um grupo, de modo que haja um único vencedor para o grupo de modo a se obter economia processual na gestão e fiscalização do contrato (pois se terá apenas 01 contrato em vez de 02) gerando, conseqüentemente, ganho de comunicação, tratativas e soluções empregadas à execução do serviço. Quanto ao não parcelamento da contratação é preciso salientar que com a possibilidade de ganho de escala (em vista de o valor se tornar mais vultoso e mais atraente aos concorrentes), é provável que mesmo empresas que atuem apenas em um ou outro mercado tenham interesse em participar do certame, considerando que são cidades não muito distantes e pertencentes ao mesmo estado federativo.

## 27. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

## 28. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

### Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 24:

1 A pretensa contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações 2022 (PAC 2022), item 9 (fls. 26-27).

2 O item 9 do PAC 2022 prevê contratação para postos de 12 horas diurnas, como historicamente ocorre na IRF/CAB, e vem ocorrendo atualmente, até 31/10/2022. No entanto, em decorrência das determinações da referida Portaria COPOL nº 24896/2020 (fls. 23-25), os postos passarão de ser de 44 horas diurnas e 12 x 36 horas noturna, a partir de 1º de novembro de 2021. O PAC 2023 trará essas novas previsões.

### DRF Natal e ARF Mossoró:

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “*Alinhamento entre a contratação e o planejamento*”, a pretensa contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações 2022 (PAC 2023).

## 29. Do Cronograma de Contratação

O disposto neste documento refere-se apenas a uma previsão, a assinatura do Contrato está condicionada à existência de créditos orçamentários autorizados no momento do pedido de fornecimento/contratação.

### Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):

Conforme documento às fls. 161/166 do processo, item 6:

Forma de entrega do serviço	Data prevista para início do uso do serviço:	Local de prestação do serviço. Descrito no item 1.
Integral (X) Parcelada ( )	01/11/2022	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Cabedelo/PB.

### DRF Natal e ARF Mossoró:

Conforme documento às fls. 397/399 do processo, item 6:

Forma de entrega do material	Data prevista para início do uso do material:	Requisição mínima por entrega do material:	Local de entrega do material Descrito no item 1.
Integral ( ) Parcelada ( ) Continuado ( X )	01/06/2023		<ul style="list-style-type: none"> <li>DRF Natal – Rua Silva Jardim, 83, Ribeira. CEP 59012-090</li> <li>ARF Mossoró – Av. Alberto Maranhão, 1720, Centro CEP: 59600-195</li> </ul>

Obs.: onde se lê “material”, leia-se como “serviço”.

### 30. Da Previsão de Garantia

#### Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 21:

1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

2.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos

benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
10. Será considerada extinta a garantia:
  - 10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  - 10.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.
13. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
14. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

#### **DRF Natal e ARF Mossoró:**

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “*Da Previsão de Garantia*”:

Deve ser prevista garantia de execução, por parte da contratada, no valor de 5% do valor global o contrato, nos moldes da legislação vigente, correlata aos contratos administrativos.

## **31. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

#### **Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):**

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 25:

1. Destaque-se que inexistem quadros funcionais típicos nas unidades para a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes;
2. Não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para a execução dos serviços, exceto os valores referentes ao pagamento da fatura mensal;
3. A empresa contratada deverá observar o uso de materiais e práticas sustentáveis ambientais;
4. Como resultados pretendidos com essa contratação, espera-se que sejam atendidas de forma eficaz as tarefas descritas no CBO do cargo, incluindo as exigências de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade, generalidade, cortesia e segurança que são indispensáveis para uma boa prestação de serviços.

**DRF Natal e ARF Mossoró:**

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “*Resultados pretendidos*”:

Com a contratação pretendida, busca-se resguardar a incolumidade física das pessoas, a segurança dos prédios, instalações e demais bens móveis e imóveis, bem como toda a documentação que tramita ou nela se encontra arquivada, cuja guarda está a cargo da DRF Natal e unidades jurisdicionadas.

O objeto desta licitação visa atender à necessidade da DRF/NAT e unidades jurisdicionadas de forma contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das suas atividades finalísticas e o cumprimento de suas missões institucionais, com execução realizada mediante alocação pela contratada de empregados em regime de dedicação exclusiva.

Somente serão disponibilizados os recursos materiais essenciais ao desempenho dos serviços e os recursos financeiros exclusivamente para pagamento das faturas mensais.

## **32. Providências a serem Adotadas**

**Agência da Receita Federal do Brasil em Cabedelo (ARF/CAB):**

Conforme documento às fls. 167/182 do processo, item 26, não há necessidade de adequações estruturais para a prestação do serviço, pois os serviços de vigilância orgânica armada já são prestados na unidade em condições semelhantes.

**DRF Natal e ARF Mossoró:**

Conforme documento às fls. 424/439 do processo, item “*Providências a serem adotadas*”, por serem serviços comuns continuados, costumeiramente contratados, não foram identificadas necessidades de adequação do ambiente interno do órgão.

## **33. Possíveis Impactos Ambientais**

Não há impactos ambientais significativos para a contratação em tela. Entretanto, algumas práticas sustentáveis deverão ser incluídas nesta contratação, conforme pormenorizado em tópico específico deste ETP, entre outras.

## **34. Do Instrumento de Medição de Resultado**

Conforme Anexos III e IV a este ETP.

## **35. Declaração de Anexo**

Em obediência ao disposto no Anexo “V”, 2.2, “a”, da IN 05/2017, este documento corresponderá ao Anexo A do Termo de Referência, exceto as partes que forem classificadas como sigilosas nos termos da Lei 12.527/2011, as quais serão ocultadas quando da transcrição definitiva.

## **36. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 36.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

## 37. Responsáveis

BRUNO CIRNE DE LUCENA

Membro da Equipe de Planejamento

EVERTON SAMPAIO DE MENEZES

Membro da Equipe de Planejamento

ROSALINE CARNEIRO DE ALBUQUERQUE TOJAL

Membro da Equipe de Planejamento

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha de Itens.pdf (75.45 KB)
- Anexo II - Instrumento de Medição de Resultados (IMR) – DRF JPA.pdf (69.99 KB)
- Anexo III - Instrumento de Medição de Resultados (IMR) – DRF NAT.pdf (69.73 KB)

## **Anexo I - Planilha de Itens.pdf**



Grupo	Nº Item	Descrição	Unidade	QTD	Local de Prestação do Serviço	Cronograma de contratação	Justificativa	Justificativa para agrupamento (se for o caso)
I	1	23957 – Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica – 12h noturnas - 2ª a domingo	Posto	1	AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CABEDELO – ARF/CAB- na Rua Presidente João Pessoa, 655, Centro, Cabedelo/PB	01/11/2022 *	Conforme Item 18 do ETP	Conforme Item 4 do ETP
	2	23507 – Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica – 44 horas semanais diurnas	Posto	2	AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CABEDELO – ARF/CAB- na Rua Presidente João Pessoa, 655, Centro, Cabedelo/PB	01/11/2022 *		
II	3	23647 – Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica – 12 horas diurnas - 2ª a domingo	Posto	3	1 (um) posto em cada um dos seguintes endereços: I – DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL – DRF/NAT (Edifício Sede): Esplanada Silva Jardim, nº 83, Ribeira 59012-090 Natal-RN; II – DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL – DRF/NAT (Estacionamento): Esplanada Silva Jardim, nº 83, Ribeira 59012-090 Natal-RN; III – DEPÓSITO DE MERCADORIAS APREENDIDAS – DMA: Rua Felinto Elizio, S/N, Ribeira 59012-090, Natal-RN.	01/06/23	Conforme Item 18 do ETP	Conforme Item 4 do ETP
	4	23957 – Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica – 12h noturnas - 2ª a domingo	Posto	2	1 (um) posto em cada um dos seguintes endereços: I – DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL – DRF/NAT (Estacionamento): Esplanada Silva Jardim, nº 83, Ribeira 59012-090 Natal-RN; II – DEPÓSITO DE MERCADORIAS APREENDIDAS – DMA: Rua Felinto Elizio, S/N, Ribeira 59012-090 Natal-RN.	01/06/23		
	5	23507 – Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica – 44 horas semanais diurnas	Posto	1	CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE EM NATAL – CAC/NAT: Avenida Duque de Caxias, nº 30, Ribeira 59012-200 Natal-RN	01/06/23		
	6	23647 – Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica – 12 horas diurnas - 2ª a domingo	Posto	1	AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ – ARF/MOS (Edifício Sede): Rua Alberto Maranhão, nº 1720, Centro 59.600-185 Mossoró-RN	01/06/23		
	7	23957 – Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica – 12h noturnas - 2ª a domingo	Posto	1	AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ – ARF/MOS (Edifício Sede): Rua Alberto Maranhão, nº 1720, Centro 59.600-185 Mossoró-RN	01/06/23		

\* Processo recebido pelo Serviço de Licitações da SRRF04 – SELIC04 em 04/11/2022, após a data prevista no Cronograma de Contratação, conforme despacho à fl. 444 do processo 19615.720379/2022-91. O disposto neste documento refere-se apenas a uma previsão, a assinatura do Contrato está condicionada à existência de créditos orçamentários autorizados no momento do pedido de fornecimento/contratação. A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias, a partir da emissão da Ordem de Serviço.

**Anexo II - Instrumento de Medição de Resultados  
(IMR) – DRF JPA.pdf**

Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR)		
Processo Administrativo Eletrônico nº: 19615.720379/2022-91		
Indicador nº 01		
Execução Técnica		
Item	Descrição	
<b>Finalidade</b>	Garantir a efetiva execução do objeto nos moldes contratados e aferir a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços.	
<b>Meta a Cumprir</b>	Nenhuma ocorrência mensal.	
<b>Instrumento de medição</b>	Constatação de ocorrências mediante fiscalização.	
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Anotações e registros das ocorrências.	
<b>Periodicidade</b>	Diária, com aferição mensal do resultado.	
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
<b>Início da Vigência</b>	Data da assinatura do contrato.	
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	Será efetuado o desconto no pagamento de acordo com a somatória dos pontos, conforme "Tabela de Descontos".	
<b>Observações</b>		
Ocorrências		Pontuação
1. Recusar-se a executar os serviços compatíveis com o posto de trabalho, sem motivo justificado		2
2. Adotar conduta incompatível com as atribuições do posto, favorecendo o surgimento de conflitos e desavenças		1
3. Deixar de substituir funcionário sem as competências previstas, com rendimento insatisfatório ou que tenha conduta incompatível com suas atribuições no prazo previsto		2
4. Não atender as recomendações da DRF/JPA quanto à execução do serviço		1
5. Não registrar fatos ou situações no livro de ocorrências		1
6. Permitir a saída de materiais da DRF/JPA, sem que haja autorização formal de servidor credenciado pelo CONTRATANTE		1
7. Deixar de inspecionar as dependências, identificando, prevenindo e coibindo, incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades, bem como deixar de comunicar imediatamente quaisquer dessas ocorrências		1
8. Deixar de observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações da DRF/JPA, adotando as medidas de segurança recomendadas pela Administração e as previstas em Lei		1
9. Deixar de auxiliar no controle da entrada e permanência somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas, auxiliando no fluxo, orientando e encaminhando aos lugares desejados.		1
10. Deixar de repassar as demandas e serviços de uma equipe para outra na troca de turnos.		1

11. Deixar de ligar e desligar a iluminação externa, bem como deixar de fechar portas e janelas, que por ventura estiverem abertas, após a saída dos usuários.	1
12. Deixar de apoiar acidentados ou vítimas de mal súbito, e de acionar devidamente o SAMU, Corpo de Bombeiro e Polícia Militar	1
13. Deixar de zelar os equipamentos da instituição	1
14. Fazer uso inadequado de qualquer meio eletrônico (celular e outros), não autorizado, durante o expediente	1
15. Deixar de atuar com descrição quando da prestação do serviço, mantendo em sigilo as informações que porventura venha a tomar conhecimento em função de suas atribuições	1
16. Deixar de fornecer conjunto completo de uniforme e crachá aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR	1
17. Deixar de substituir peça de uniforme inadequada ao tamanho do colaborador ou excessivamente danificada ou cuja qualidade tenha sido recusada.	1
18. Não utilização do uniforme ou crachá; uso de uniforme incompleto ou inadequado	1
19. Deixar de entregar ou substituir materiais e equipamentos dentro do prazo, quantidade ou especificações estabelecidos no Termo de Referência	1
20. Não utilização dos materiais e equipamentos ou seu uso incompleto ou inadequado	1
21. Deixar de utilizar materiais de intercomunicação (como rádio e lanternas) de menor impacto ambiental	1
22. Deixar de observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias	1
23. Faltas ou atrasos aos postos de serviços	2
24. Deixar o posto de trabalho, sem a devida justificativa	2
25. Deixar de providenciar substituição de quaisquer ausências de postos de serviço	2
26. Não respeitar os horários dos intervalos para repouso e alimentação, fixados pela administração	2

Indicador nº 02		
Execução Administrativa		
Item	Descrição	
<b>Finalidade</b>	Garantir a efetiva execução dos serviços no que diz respeito aos aspectos administrativos em conformidade com o edital da licitação e seus anexos.	
<b>Meta a Cumprir</b>	Nenhuma ocorrência mensal.	
<b>Instrumento de medição</b>	Constatação de ocorrências mediante fiscalização.	
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Anotações e registros das ocorrências.	
<b>Periodicidade</b>	Diária, com aferição mensal do resultado.	
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
<b>Início da Vigência</b>	Data da assinatura do contrato.	
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	Será efetuado o desconto no pagamento de acordo com a somatória dos pontos, conforme “Tabela de Descontos”.	
<b>Observações</b>		
Ocorrências		Pontuação
1. Atraso, sem motivo que justifique, na prestação de informações e esclarecimento, relativas ao objeto contratado, solicitados pela Equipe de Fiscalização		1
2. Deixar de acusar o recebimento de e-mails, nas correspondências eletrônicas (e-mail)		1
3. Deixar de pagar salários, férias e outros benefícios e cumprir todas as disposições, convenções e acordos relativos à legislação social e trabalhista.		2
4. Não apresentar toda documentação exigida para fiscalização do serviço.		1
5. Substituir funcionários que compõem o quadro fixo de colaboradores sem a anuência prévia da contratante.		2
6. Deixar de manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.		1

Tabela de Descontos	
Pontos	Percentuais
3 a 5	2% de desconto sobre o valor mensal do contrato
6 a 7	4% de desconto sobre o valor mensal do contrato
8 a 9	6% de desconto sobre o valor mensal do contrato

10 a 12	8% de desconto sobre o valor mensal do contrato
13 a 15	10% de desconto sobre o valor mensal do contrato
Acima de 15	12% de desconto sobre o valor mensal do contrato

**Esclarecimentos relevantes sobre a metodologia de medição:**

- A pontuação será obtida a partir do resultado do somatório de cada indicador.
- O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.
- A pontuação será zerada para o mês seguinte.
- A mensuração do valor de pagamento, conforme o presente IMR, não constitui aplicação de sanção, não prejudicando a aplicação das penalidades administrativas previstas na legislação vigente, bem como a glosa dos valores constantes da planilha de custos que não sejam efetivados.

Assinado e Datado Digitalmente	Assinado e Datado Digitalmente
_____	_____
Responsável pela Medição	Responsável pela Medição

**Anexo III - Instrumento de Medição de Resultados  
(IMR) – DRF NAT.pdf**



Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR)		
Processo Administrativo Eletrônico nº: 19615.720379/2022-91		
Indicador nº 01		
Execução Técnica		
Item	Descrição	
<b>Finalidade</b>	Garantir a efetiva execução do objeto nos moldes contratados e aferir a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços.	
<b>Meta a Cumprir</b>	Nenhuma ocorrência mensal.	
<b>Instrumento de medição</b>	Constatação de ocorrências mediante fiscalização.	
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Anotações e registros das ocorrências.	
<b>Periodicidade</b>	Diária, com aferição mensal do resultado.	
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
<b>Início da Vigência</b>	Data da assinatura do contrato.	
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	Será efetuado o desconto no pagamento de acordo com a somatória dos pontos, conforme "Tabela de Descontos".	
<b>Observações</b>		
Ocorrências		Pontuação
1. Recusar-se a executar os serviços compatíveis com o posto de trabalho, sem motivo justificado		2
2. Adotar conduta incompatível com as atribuições do posto, favorecendo o surgimento de conflitos e desavenças		1
3. Deixar de substituir funcionário sem as competências previstas, com rendimento insatisfatório ou que tenha conduta incompatível com suas atribuições no prazo previsto		2
4. Não atender as recomendações da DRF/NATAL quanto à execução do serviço		1
5. Não registrar fatos ou situações no livro de ocorrências		1
6. Permitir a saída de materiais da DRF/NATAL, sem que haja autorização formal de servidor credenciado pelo CONTRATANTE		1
7. Deixar de inspecionar as dependências, identificando, prevenindo e coibindo, incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades, bem como deixar de comunicar imediatamente quaisquer dessas ocorrências		1
8. Deixar de observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações da DRF/NATAL, adotando as medidas de segurança recomendadas pela Administração e as previstas em Lei		1

9. Deixar de auxiliar no controle da entrada e permanência somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas, auxiliando no fluxo, orientando e encaminhando aos lugares desejados.	1
10. Deixar de repassar as demandas e serviços de uma equipe para outra na troca de turnos.	1
11. Deixar de ligar e desligar a iluminação externa, bem como deixar de fechar portas e janelas, que por ventura estiverem abertas, após a saída dos usuários.	1
12. Deixar de apoiar acidentados ou vítimas de mal súbito, e de acionar devidamente o SAMU, Corpo de Bombeiro e Polícia Militar	1
13. Deixar de zelar os equipamentos da instituição	1
14. Fazer uso inadequado de qualquer meio eletrônico (celular e outros), não autorizado, durante o expediente	1
15. Deixar de atuar com descrição quando da prestação do serviço, mantendo em sigilo as informações que porventura venha a tomar conhecimento em função de suas atribuições	1
16. Deixar de fornecer conjunto completo de uniforme e crachá aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR	1
17. Deixar de substituir peça de uniforme inadequada ao tamanho do colaborador ou excessivamente danificada ou cuja qualidade tenha sido recusada.	1
18. Não utilização do uniforme ou crachá; uso de uniforme incompleto ou inadequado	1
19. Deixar de entregar ou substituir materiais e equipamentos dentro do prazo, quantidade ou especificações estabelecidos no Termo de Referência	1
20. Não utilização dos materiais e equipamentos ou seu uso incompleto ou inadequado	1
21. Deixar de utilizar materiais de intercomunicação (como rádio e lanternas) de menor impacto ambiental	1
22. Deixar de observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias	1
23. Faltas ou atrasos aos postos de serviços	2
24. Deixar o posto de trabalho, sem a devida justificativa	2
25. Deixar de providenciar substituição de quaisquer ausências de postos de serviço	2
26. Não respeitar os horários dos intervalos para repouso e alimentação, fixados pela administração	2

Indicador nº 02		
Execução Administrativa		
Item	Descrição	
<b>Finalidade</b>	Garantir a efetiva execução dos serviços no que diz respeito aos aspectos administrativos em conformidade com o edital da licitação e seus anexos.	
<b>Meta a Cumprir</b>	Nenhuma ocorrência mensal.	
<b>Instrumento de medição</b>	Constatação de ocorrências mediante fiscalização.	
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Anotações e registros das ocorrências.	
<b>Periodicidade</b>	Diária, com aferição mensal do resultado.	
<b>Mecanismo de cálculo</b>	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
<b>Início da Vigência</b>	Data da assinatura do contrato.	
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	Será efetuado o desconto no pagamento de acordo com a somatória dos pontos, conforme “Tabela de Descontos”.	
<b>Observações</b>		
Ocorrências		Pontuação
1. Atraso, sem motivo que justifique, na prestação de informações e esclarecimento, relativas ao objeto contratado, solicitados pela Equipe de Fiscalização		1
2. Deixar de acusar o recebimento de e-mails, nas correspondências eletrônicas (e-mail)		1
3. Deixar de pagar salários, férias e outros benefícios e cumprir todas as disposições, convenções e acordos relativos à legislação social e trabalhista.		2
4. Não apresentar toda documentação exigida para fiscalização do serviço.		1
5. Substituir funcionários que compõem o quadro fixo de colaboradores sem a anuência prévia da contratante.		2
6. Deixar de manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.		1

Tabela de Descontos	
Pontos	Percentuais
3 a 5	2% de desconto sobre o valor mensal do contrato
6 a 7	4% de desconto sobre o valor mensal do contrato
8 a 9	6% de desconto sobre o valor mensal do contrato

10 a 12	8% de desconto sobre o valor mensal do contrato
13 a 15	10% de desconto sobre o valor mensal do contrato
Acima de 15	12% de desconto sobre o valor mensal do contrato

**Esclarecimentos relevantes sobre a metodologia de medição:**

- A pontuação será obtida a partir do resultado do somatório de cada indicador.
- O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.
- A pontuação será zerada para o mês seguinte.
- A mensuração do valor de pagamento, conforme o presente IMR, não constitui aplicação de sanção, não prejudicando a aplicação das penalidades administrativas previstas na legislação vigente, bem como a glosa dos valores constantes da planilha de custos que não sejam efetivados.

Assinado e Datado Digitalmente	Assinado e Datado Digitalmente
_____	_____
Responsável pela Medição	Responsável pela Medição